

Reforma da Previdência

Agora é no Senado



AFRF participam de caminhada e protesto no Cristo Redentor

A Reforma da Previdência passou por duas votações na Câmara dos Deputados e, ao longo do mês de setembro, tramita no Senado Federal. Foram poucas, mas significativas as mudanças conseguidas pelos servidores em relação à proposta original. No

entanto, mostram que a blindagem do governo não é tão segura. Senadores, inclusive do PT, já avisaram: reforma não sai do Senado exatamente como entrou. É a nossa chance de recuperar direitos cassados pela reforma. Por isso, a mobilização continua.

▪ *A diretoria da DS/RJ tem uma mensagem para você. Encarte*

Veja como se comportaram os deputados fluminenses na votação da Reforma da Previdência. Pág. 8

É agora!

A mobilização é a única alternativa diante de um governo intransigente que negociou os termos da reforma da Previdência com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, com os governadores, com a base aliada no Congresso e com parte da bancada petista, mas recusou-se a considerar as reivindicações dos servidores. Recebeu diversas comissões e sindicalistas, porém sem disposição de negociar.

Esta postura, associada ao recorrente discurso sobre privilégios, não deixa dúvidas quanto ao objetivo da reforma: fazer economia às custas do sacrifício de aposentados e pensionistas para continuar pagando a juros escorchantes a dívida pública. Enquanto gera revolta internamente, Lula obtém os mais altos elogios da banca internacional. Lá fora, ainda não entendem muito bem, mas gostam do que vêem. Já os eleitores, principalmente os mais politizados, esperam a tal virada prometida durante a campanha eleitoral. Crescimento econômico, empregos, mudanças, reforma agrária, estão todas na fila. A prioridade é mesmo a reforma da Previdência, que não interessa ao país, apenas ao mercado financeiro, nacional e internacional. Devemos ser firmes no trabalho parlamentar e evitar que a votação na Câmara dos Deputados se repita no Senado, onde a reforma começa novamente do zero. Vamos à luta!

Tramitação da PEC 40 no Senado

Após a aprovação na Câmara dos Deputados, a Reforma da Previdência segue para o Senado Federal. Veja como será a tramitação:

AO CHEGAR ao Senado, a proposta de emenda constitucional da reforma é lida em sessão plenária e enviada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que analisa a proposta.

O RELATOR na CCJ tem 30 dias para apresentar parecer. Para que o texto receba emendas é preciso que a alteração tenha apoio de um terço dos senadores — 27 assinaturas.

APROVADO, o parecer tem de ser publicado no Diário do Senado e, cinco dias depois, pode ser incluído na ordem do dia da sessão plenária do Senado para votação em primeiro turno.

O REGIMENTO estabelece o prazo de cinco sessões para a votação em primeiro turno, mas é permitida a apresentação de emendas neste prazo. Caso receba emendas, retorna à CCJ e novamente é estabelecido prazo de 30 dias para que a comissão dê parecer sobre as mudanças.

ENTRE o primeiro e o segundo turno de votação no Senado há intervalo de cinco dias úteis. Os senadores têm três sessões para votar a proposta de emenda constitucional em segundo turno. Se a proposta receber emendas no Senado, tem de retornar à Câmara para nova apreciação.

O **Agente Fiscal** é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do **Unafisco Sindical** – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal. **Presidente:** Alexandre Teixeira. **Vice-Presidente:** Vera Teresa Balieiro A. da Costa. **Secretário-Geral:** Aélcio dos Santos. **1º Sec. de Finanças:** José Carlos Sabino Alves. **2º Sec. de Finanças:** Cátia da Silva Beserra. **Sec. de Assuntos Jurídicos:** Lenine Alcântara Moreira. **Sec. de Defesa Profissional:** João Luiz Teixeira de Abreu. **Sec. de Atividades Especiais:** Carlos Eduardo dos Santos Baptista. **Sec. de Ass. de Aposentados:** Lenilson Moraes. **Cons. Fiscal:** José Afonso Silva Ramos, Nelson dos Santos Barbosa, Isaías Soares. **Suplentes:** Alzenda Costa do Rego Barros, Ney Roberto Luiz Coelho, Fernando Moretzsohn de Andrade. **Cons. Editorial:** Alexandre Teixeira, Vera Teresa Balieiro A. da Costa, Cátia da Silva Beserra, José Carlos Sabino Alves, Aélcio dos Santos Filho. **Coordenação editorial:** Marcelo Ficher. **Projeto Gráfico/Diagramação:** Andrei Bastos. **Foto:** Ana Paula Batista e Gilson Bezerra. **Fotolito:** Ace Digital/Impressão: Gráfica Concord. **DS/RJ:** Rua Debret, 23 – salas 401/405 – Centro. CEP 20030-080. **Fone:** 21-2262.3827/2220.6782(fax). **E-mail:** jornalismo@unafisco-rj.org.br **Site:** www.unafisco-rj.org.br Distribuição Gratuita, circulação local. Tiragem: 3 mil exemplares. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

DS de Todos toma posse no Rio de Janeiro

A Chapa 1, DS de Todos, venceu a eleição e estará à frente da Delegacia Sindical do Unafisco no Rio de Janeiro no biênio 2003/2005. A nova diretoria assumiu no dia 1º de agosto, dando continuidade ao trabalho desenvolvido nos últimos anos. O atual presidente, Alexandre Teixeira, retorna para um novo mandato, com parte da diretoria renovada, incorporando colegas que se destacaram nas atividades sindicais, inclusive na Comissão de Mobilização.

Posse sem festa

A diretoria eleita da DS decidiu não fazer festa de posse. A prioridade é o movimento contra a Reforma da Previdência, no qual estão todos envolvidos, com muitas atividades de mobilização, trabalho parlamentar, caravanas etc.

GRA comete erro no cálculo da aposentadoria proporcional dos AFRF

Há alguns dias o auditor-fiscal José Carlos Pieratti ao efetuar a contagem para requerer sua aposentadoria proporcional estranhou os cálculos feitos pela GRA e procurou a DS/RJ para obter informações. Feita uma consulta à Coordenação Geral de Recursos Humanos (COGRH) do Ministério da Fazenda, em Brasília, houve a confirmação de que havia um erro de procedimento nos cálculos, que gerava um valor menor do que aquele a que o aposentado teria direito. A DS/RJ fez um levantamento dos AFRF que pediram aposentadoria proporcional desde janeiro de 2000 e comunicou o fato à Gerência de Recursos Humanos. A GRA garantiu que irá rever administrativamente todos os cálculos, portanto não há necessidade de entrar com requerimentos. No momento, basta entrar em contato com a DS/RJ e falar com a Regina, Assistente da Diretoria, para certificar-se de que seu nome está na lista de aposentadorias que serão revistas. O erro diz respeito apenas aos AFRF que se aposentaram proporcionalmente de janeiro de 2000 em diante.

Atenção para o recadastramento

A administração exige que todo ano, no mês de seu aniversário, o aposentado faça um recadastramento. A medida é válida mesmo que o aniversário seja no mês seguinte ao da aposentadoria. A falta do recadastramento implica na suspensão do pagamento.

• DIRETORIA EXECUTIVA

○ PRESIDENTE

Alexandre Teixeira

○ VICE-PRESIDENTE

Vera Teresa Balieiro A. da Costa

○ SECRETÁRIO-GERAL

Aelio dos Santos Filho

○ 1º SECRETÁRIO DE FINANÇAS

José Carlos Sabino Alves

○ 2º SECRETÁRIO DE FINANÇAS

Cátia da Silva Beserra

○ SECRETÁRIO DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Lenine Alcântara Moreira

○ SECRETÁRIO DE DEFESA PROFISSIONAL

João Luiz Teixeira de Abreu

○ SECRETÁRIO DE ATIVIDADES ESPECIAIS

Carlos Eduardo dos Santos Baptista

○ SECRETÁRIO DE ASSUNTOS DE APOSENTADOS

Lenilson Moraes

○ CONSELHO FISCAL

*José Afonso Silva Ramos
Nelson dos Santos Barbosa
Isaias Soares*

○ SUPLENTE

*Alzenda Costa do Rego Barros
Ney Roberto Luiz Coelho
Fernando Moretzsohn de Andrade*

Servidores públicos reagem à proposta de desmonte da Previdência Pública brasileira

Desde o momento em que o governo federal anunciou, bem em seu início, sua nova posição, agora favorável, sobre o antigo projeto de FHC para a previdência dos servidores públicos, o chamado PL-9, já era possível prever o que está acontecendo agora. A proposta enviada por Lula para o Congresso Nacional obedece aos mesmos pressupostos economicistas que regeram as tentativas anteriores de fazer transformações na Previdência Pública.

O Unafisco Sindical foi a primeira entidade a se posicionar contra o rumo tomado nas discussões sobre o tema, veiculadas, naquela altura, pelos meios de comunicação. Em 19 de janeiro, o então presidente da Direção Nacional, Paulo Gil, em entrevista de página inteira no jornal Folha de São Paulo, defendia a precedência da Reforma Tributária em relação à previdenciária e criticava a injustiça e miopia da abordagem fiscalista sobre o que deveria ser tratado como uma rede de proteção devida pelo Estado.

De lá para cá, outras entidades se juntaram a nós, nas discussões públicas, no trabalho parlamentar e nas paralisações. Com as limitações impostas pela maneira tendenciosa como a mídia tratava e trata o assunto, alguns formadores de opinião começaram a criticar e questionar a proposta que vinha se



Servidores públicos prestam serviços à população na rua, em protesto contra a reforma

materializando. Isso não impediu que o governo Lula, depois de encenar um pretense debate no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, formado majoritariamente por representantes do empresariado (dentre eles alguns devedores da Previdência), fechasse acordo com os governadores, inclusive atribuindo a estes a inclusão de uma proposta que sempre rechaçou: a taxaço dos inativos. Em 30 de abril, o Executivo encaminhou ao Congresso Nacional a proposta da Reforma da Previdência, a PEC 40/03, mais danosa, inclusive, que todas as pro-

postas do governo anterior.

Atualmente, às vésperas da votação no Senado Federal, os servidores tentam convencer os parlamentares a fazer as modificações que não foram feitas na Câmara, principalmente quanto à taxaço dos inativos, às regras de transição, à paridade e à previdência complementar.



Passeata no Rio, dia 7 de abril, contou com a presença da deputada federal Luciana Genro

Mobilização em todo o país

Não havia, desde o começo, o menor espaço para a negociação. O governo e a base aliada no Congresso Nacional, apesar da discordância de alguns parlamentares, queriam aprovar a reforma sem alterações e o mais rapidamente possível. Os verdadeiros debates começaram quando 30 mil Servidores Públicos de todo o país se reuniram na primeira marcha em Brasília, no dia 11 de junho, com a participação de cerca de 700 AFRF, sendo 39 da DS/RJ.

Os Auditores-Fiscais, no entanto, já vinham fazendo paralisações desde o dia 7 de abril, quando pararam por 24 horas e participaram de uma passeata e ato público no centro do Rio pela retirada do PL-9 da pauta do Congresso. Em maio e junho, as paralisações foram ampliadas para 48 horas e a partir de julho para 72 horas. No dia 29 de julho, foi deflagrada a greve por tempo indeterminado.

Desde o período que antecedeu a greve, o Unafisco foi referência na Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Públicos Federais (CNESF), da qual faz parte. As paralisações dos Auditores-Fiscais da Receita Federal puxaram o movimento, que acabou resultando em modificações importantes na proposta original

apresentada pelo governo.

Em diversos estados foram criados fóruns em defesa da previdência. Aqui no Rio, a DS/RJ integrou o Fórum Fluminense em Defesa da Previdência Pública, que organizou a maioria das manifestações.

No dia 06 de agosto, uma segunda Marcha em defesa da Previdência Social Pública reuniu, em Brasília, cerca de 80 mil servidores federais, estaduais e municipais. Do Rio de Janeiro foram 73 Auditores-Fiscais ativos e aposentados. Os defensores da reforma mais uma vez fizeram de tudo para impedir o acesso dos

Comando de mobilização percorreu unidades

Além das manifestações, a DS/RJ realizou diversas reuniões com parlamentares e plenárias. A caravana da 7ª Região Fiscal levou AFRF do Rio para Campos e Macaé para fortalecer o movimento naquelas localidades. No Ministério da Fazenda, o Comando de Mobilização percorreu várias vezes o prédio. No Porto e Aeroporto, diversos encontros ajudaram a organizar o movimento, que se alternou entre paralisações e operação-padrão.



Em 15 de maio, nova paralisação e protestos na Cinelândia

servidores ao Congresso Nacional. As grades lembravam as barricadas montadas para conter manifestações contra a globalização em todo o mundo, demonstrando, com o uso da força, a fragilidade dos argumentos. A movimentação dos servidores, que organizaram palestras, seminários e fizeram

diversas manifestações nas ruas, em todo o Brasil, ajudou a fermentar a discussão e provocou recuos do governo. Caíram os discursos do déficit, do equilíbrio atuarial e da justiça social. Provamos que a reforma não atende a nenhum dos pressupostos anunciados. Ao governo resta agora, na verdade, apenas um argumento, admitido publicamente: o FMI quer a reforma para não jogar toda a banca internacional contra a economia do país.



Paralisações no mês de junho: 48 horas

Servidores obtiveram algumas vitórias

As diferenças entre a proposta original enviada pelo governo federal ao Congresso e a que foi aprovada no segundo turno da Câmara mostram que a mobilização conquistou algumas mudanças significativas, apesar de muito aquém das exigidas pelo conjunto dos servidores públicos. A integralidade, que estava fora do projeto original, agora voltou para os atuais servidores ativos, ainda que sob condições mais rígidas: idade mínima de 60 (sessenta) anos para homens e 55 (cinquenta) para mulheres, 35 anos de contribuição para homens e 30 para mulheres, 20 anos de serviço público, 10 anos na carreira e 5 anos no cargo. A faixa de isenção para a cobrança da taxa dos inativos subiu de

R\$ 1.200,00 para R\$ 1.440,00. Outra vitória importante foi a inclusão de uma determinação para que os futuros fundos de pensão sejam “de natureza pública”, ou seja, deverão estar

para a iniciativa privada.

Talvez a maior conquista refira-se às pensões. No projeto original, qualquer que fosse o valor da remuneração do servidor, a pensão seria de até 70%, remetendo-se a regulamentação para lei ordinária. Ou seja, a pensão poderia ser de 70%, ou menos, até zero. Agora, até R\$ 2.400,00 a pensão é integral e o que exceder esse valor terá redução de 30%, nem mais nem menos.

Durante a tramitação da emenda no Senado vamos insistir nas modificações quanto à taxa dos inativos, as regras de transição para quem

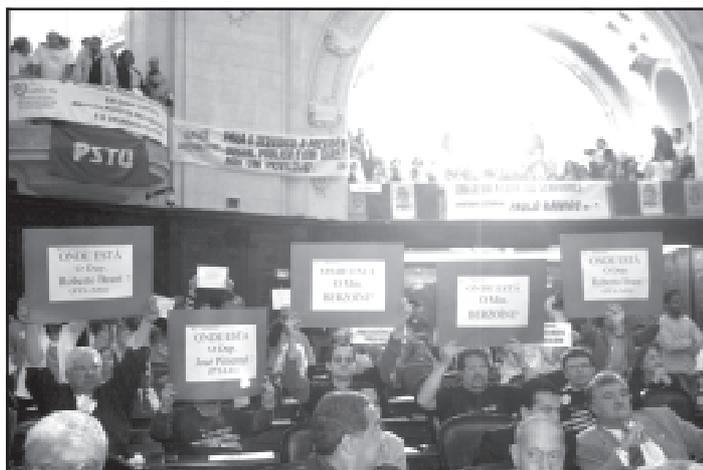
está perto de se aposentar, as pensões e a paridade, que, pela forma como foi redigida, não está garantida.



No dia 8 de julho, AFRF protestam em frente ao Porto

sob administração do governo federal, estados e municípios, estreitando a possibilidade de transferência de recursos públicos

Batalha no Senado tem nova estratégia



AFRF exibem cartaz cobrando a presença dos representantes do governo na Audiência Pública da reforma da Previdência na Assembléia Legislativa

Em Assembléia Nacional realizada em 1º de setembro, os Auditores-Fiscais decidiram suspender a paralisação por tempo indeterminado e voltar a fazer paralisações semanais a

partir do dia 11 de setembro, por 24 horas. A pausa foi necessária para retomar o fôlego. Mais adiante, as paralisações serão novamente intensificadas, com revisões semanais, de acordo com

a tramitação da matéria. A Assembléia também decidiu rever a estratégia de lutar pela rejeição total da PEC 40. A partir de agora, a batalha será por cada item, com a apresentação de emendas por senadores que também discordam do conteúdo da reforma. Seis foram os itens aprovados: A) Integralidade e paridade para os atuais e futuros servidores; B) Fim do redutor das pensões; C) Manutenção das regras de transição da EC 20/98; D) Não à taxa dos aposentados e pensionistas; E) Manutenção do regime único e próprio dos servidores, inclusive para futuros; F) Não aos fundos de pensão complementar.

Paridade dos atuais servidores em atividade mutilada na reforma

O artigo 7º da PEC 40 contempla a integralidade para os atuais servidores ativos, com novos condicionantes, conforme vimos anteriormente. O parágrafo único desse artigo trata da paridade para estes servidores. Entretanto é uma paridade mitigada, que, ao final, não é paridade alguma. Prevê apenas o direito aos reajustes lineares, na mesma data e na mesma proporção, que forem concedidos aos servidores ativos. Entretanto foi suprimida a seguinte parte constante da verdadeira paridade: “sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de



Tradicional reduto petista, Buraco do Lume foi ocupado por servidores que protestaram contra os parlamentares que votaram a favor da Reforma da Previdência.

referência para a concessão da pensão...”. Em outras palavras, abre-se a possibilidade para aumentos diferenciados através de criação, por exemplo, de novas gratificações ou transformações ou reclas-

sificações do cargo ou função.

O governo vinha afirmando que a paridade está garantida com a atual redação do parágrafo único do artigo 7º, embora soubéssemos que não. Entretanto, vários AFRF do Rio de Janeiro ouviram do Presidente da Câmara, João Paulo Cunha, e do líder do PT na Câmara dos Deputados, Nelson Pellegrino, que a intenção do governo é de fato não conceder a paridade plena, possibilitando reajustes diferenciados. Vamos mostrar agora aos Senadores que todos foram enganados, sociedade, servidores e parlamentares. Vamos exigir a paridade plena.



Coordenação Estadual, da qual a DS.RJ faz parte, organizou a maioria dos protestos

Veja abaixo como votaram os deputados federais do Rio de Janeiro na Reforma da Previdência no 2º turno.

Votaram contra os servidores



Alexandre Cardoso



Alexandre Santos



Deley



Almir Moura



André Luiz



Antônio Carlos Biscaia



Bispo Rodrigues



Carlos Santana



Dr Heleno



Edson Ezequiel



Fernando Gonçalves



Francisco Dornelles



João Mendes de Jesus



Jorge Bittar



José Divino



Leonardo Picciani



Lindberg Farias



Luiz Sérgio



Paulo Baltazar



Julio Lopes



Roberto Jefferson



Sandro Matos



Simão Sessim



Vieira Reis



Paulo Feijo



Reinaldo Betão



Renato Cozzolino



Elaine Costa



Fernando Gabeira

Votaram a favor dos servidores



Bernardo Ariston



Juíza Denise Frossard



Eduardo Paes



Jair Bolsonaro



Jandira Feghali

Preferiram a abstenção



Chico Alencar



Eduardo Cunha



Josias Quintal



Nelson Bornier

Estiveram ausentes



Laura Carneiro



Maria Lúcia



Miriam Reid



Moreira Franco



Rodrigo Maia



Ronaldo Cezar Coelho



Almerinda de Carvalho

Segundo turno teve poucas mudanças em relação ao primeiro

Os dois ausentes na primeira votação tiveram comportamentos diferentes: Denise Frossard (PSDB) votou a favor dos servidores e Deley (PV) votou contra. Por causa da política das substituições, o deputado Carlos Nader (PFL) votou a reforma pela primeira vez no segundo turno. Votou a favor dos servidores. Eduardo Cunha, Nelson Bornier e Josias Quintal se abstiveram, quando no primeiro turno tinham votado a favor dos servidores. Por fim, houve o caso do deputado Júlio Lopes (PP), que votou a favor dos servidores no primeiro turno e no segundo turno votou contra. Almerinda de Carvalho, que primeiramente votou contra os servidores, agora se ausentou, alegando doença.